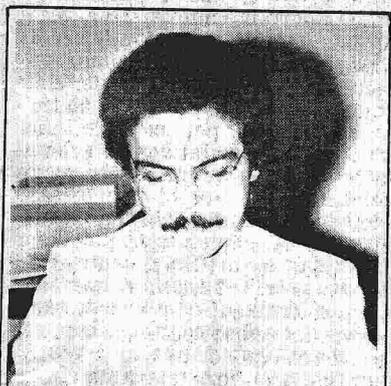


OS TEMAS (ou as dispersões)



RUY FABIANO
Editor Político

O QUE CABE AO NOVO CONGRESSO

Nem sempre os temas que ocupam os debates parlamentares exprimem as preocupações prioritárias da sociedade. Na verdade, quase nunca. O contribuinte enxerga o mundo a partir do próprio bolso. Sua retórica é, pois, bem mais objetiva: inflação, custo de vida, segurança, transporte, etc. O parlamentar, uma vez eleito, distancia-se dessa incômoda temática em relação a qual pouco ou nada pode alterar - e mergulha nas abstrações do debate institucional.

Tem-se assim a dicotomia: de um lado, o eleitor, preocupado com as agruras do cotidiano; de outro, seu representante, discutindo o sexo dos anjos. Esse tem sido o quadro e a falta de sensibilidade de alguns políticos que custou-lhes, na última eleição, o próprio mandato. O novo Congresso renovou-se em mais de 60%. Exemplo típico é o do Rio de Janeiro. Brizola eleger-se prometendo elevador aos favelados, carteira de identidade aos marginalizados e leite para as crianças. Miro Teixeira, do PMDB, prometia a Constituinte e se apresentava como "o arco da sociedade". A sociedade, no entanto, o ignorou e acabou optando pelo arco do Juruna.

Quando a atual recessão começou a manifestar-se, já em 1980, o Congresso parecia ignorá-la. Os metalúrgicos faziam greve em São Paulo, empresas faliam, demissões em massa espoucavam por todo o País. O Congresso, no entanto, discutia a sublegenda, o voto distrital, a prorrogação de mandatos e a Constituinte. Não que os temas em questão não fossem importantes. Mas é evidente que eles não exprimiam as necessidades mais prementes do eleitor.

A crise agravou-se, o país esteve próximo à insolvência e acabou recorrendo ao pronto-socorro do FMI. A sinistrose tomou conta de vastos setores da sociedade e, mais que nunca, os problemas econômicos e sociais passaram a absorver as preocupações do cidadão comum. Some-se a isso o fato, nada desprezível, de que a oposição assumirá o poder em nada menos de 10 Estados. E mais: entre esses Estados, incluem-se justamente os de maior fermentação social - o eixo Rio-São Paulo-Minas. Esses fatores, somados, fazem crer que a temática institucional está destinada a ocupar plano secundário no debate que a nova Legislatura iniciará.

Ônus da crise será dividido

"Falar em reforma da Constituição em plena economia de guerra é conversa de desocupados", costuma dizer o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. O prolapado diálogo com a oposição é bem-vindo, desde que aborde questões de ordem prática. Não se incluem nessa categoria os temas de ordem institucional. Por uma razão muito simples: entende o Governo que "as grandes questões" já foram resolvidas. Isto é, nada mais há a conceder. O ciclo de reformas da abertura esgotou-se. Revogaram-se os atos institucionais, concedeu-se a anistia, restabeleceu-se o voto direto para os governos estaduais e para a totalidade do Senado, implantou-se o pluripartidarismo e, por fim, está garantida a posse dos eleitos.

"Quando assumir o governo de São Paulo, Franco-Montoro não reivindicará mais a Constituinte. Estará ocupado em resolver problemas concretos: o salário do funcionalismo, o orçamento do Estado, o desemprego, a segurança pública, etc. Essa nova realidade alterará, substancialmente, o discurso oposicionista", sentencia o ministro da Justiça. Em resumo, a crise fará com que os políticos passem a pensar um pouco mais em que os elegeram. Até mesmo por uma questão de sobrevivência: está provado que, em tempos bicudos, a vigilância do eleitor

aumenta na razão direta de sua aflição, o governo federal, de seu lado, dividirá o ônus da crise com os governadores. Quando a Polícia Militar de São Paulo vier a reprimir uma greve ou o funcionalismo local vir seus salários aviltados, ficará claro que nada se parece mais com um governador do PDS que um governador do PMDB.

Em resumo, os grandes temas, daqui por diante, são os de ordem prática. Diz o ministro da Justiça: "A reforma da Constituição e a sobre-mesa". E o povo está mais preocupado com o almoço - no sentido figurado e no sentido literal. Apesar disso, o anteprojeto do voto distrital misto chega ao Congresso no início de março...

Hoje, uma nova legislatura

Hoje, às 15 horas, os 479 deputados eleitos a 15 de novembro passado prestam o compromisso de "guardar a Constituição Federal, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Talvez sejam eles os últimos a serem eleitos exclusivamente pelo voto proporcional porque, segundo determina a Constituição, a próxima Câmara deverá ser eleita pelo voto distrital misto.

A sessão abre a quadragésima sétima legislatura, que vai de 83 a 86. O início da sessão legislativa começa, realmente, a primeiro de março.

Amanhã, com a sessão destinada à eleição da Mesa, trava-se a primeira definição em termos de maioria e minoria e de afirmação dos cinco partidos, dois grandes e três pequenos, que venceram todas as exigências da legislação para formação dos novos partidos e da lei eleitoral.

As questões "quentes" da atualidade brasileira vão agitar os debates de plenário a partir de março. No plano político, o projeto de regulamentação do voto distrital, as perspectivas da reforma da Constituição e a sucessão eleitoral devem polarizar a atenção dos partidos e da Câmara. Mas o temário político será atropelado pela força das questões econômicas, financeiras e sociais: a ida do Brasil ao FMI, a dívida externa, a ameaça de recessão econômica, a reforma tributária, o fim dos subsídios, a taxa dos juros, o custo de vida, a política salarial, o desemprego, o limite mínimo de idade para a aposentadoria por tempo de serviço.

NÃO HÁ LUGAR PARA TODOS

A Câmara tinha 420 deputados e agora terá 479. No plenário, não há cadeiras para todos e não há perspectivas de ampliação da área. São só 458 lugares, mais cinco na Mesa. O Plenário não comporta, sentados, todos os deputados. Para as sessões do Congresso, ainda faltarão os lugares para os 66 senadores.

Mas isto não chega a ser problema sério porque outros Parlamentos, como o britânico, já se defrontaram com dificuldades semelhantes. Raramente, registra-se a presença absoluta em plenário. Mas o sistema de votação eletrônica não poderá ser utilizado porque, para funcionar corretamente, dependeria da existência de 479 registros de votação.

RENOVAÇÃO

A renovação pelo voto popular de 15 de novembro foi de 53,7 por cento. Reeleitos 222 deputados, 258 novos vão compor a Câmara, embora um certo número tenha experiência parlamentar anterior. Alguns voltam à Casa passados quase 20 anos.

Entre os que não voltaram por razões diversas (desistiram, foram candidatos a outros cargos ou derrotados no pleito) estão nomes como Célio Borja, Odaír Klein, Alceu Colares, Audálio Dantas, Athié Coury, Benedito Marcílio, Erasmo Dias, Fernando Coelho, Freitas Diniz, Geraldo Guedes, Jerônimo Santana, José Costa, Lygia Lessa Bastos, Marcelo Cerqueira, Marcondes Gadelha, Miro Teixeira, Modesto da Silveira, Paulo Pimentel, Pedro Ivo, Peixoto Filho, Raymundo Diniz, Rubem Dourado, Tracisio Delgado, Waldir Walter e Walter Silva.

Há os que retornam à Câmara e os que realmente são "novos" na atividade parlamentar: Paulo Maluf, José Aparecido, João Agripino, Oswaldo Lima Filho, Miguel Arraes, Fernando Santana, Amaral Neto, Márcio Braga, Agnaldo Timotéo, Bocaliúva Cunha, Mário Juruna, Sebastião Nery, Rondon Pacheco, Mário Covas, Ivete Vargas, João Mendonça Falcão, Moacir Franco, Bete Mendes, Alencar Furtado, Pratinê de Moraes, Paulo Mincaroni, Sinval Guazelli, Floriceno Paixão, Matheus Schmidt e Nadir Rosseti.

Na saudade de todos estão os nomes de alguns colegas que não chegaram ao termo do seu mandato na última legislatura: Djalma Marinho, Rogério Rego, Henrique Brito, Piniheiro Machado, Cantídio Sampaio, Figueiredo Correia, Heitor de Alencar Furtado, Jamel Cecilio, Joaquim Coutinho, José de Assis, Lauro Rodrigues, Lidovino Fanton, Paulo Ferraz, Teófilo Albuquerque e Wilmar Guimarães.

Para os antigos, a Câmara não oferece mistérios. Os novos levarão tempo até se familiarizarem com a

Casa, seus costumes, sua rotina e seus segredos. A Câmara, com seus quatro anexos - o administrativo, o das comissões, o do serviço médico e o dos gabinetes parlamentares - está estruturada administrativamente, a partir da mesa, em duas figuras-chave, que são o secretário-geral da mesa e o diretor-geral da secretaria, aos quais corresponde o acionamento dos serviços relacionados com as atividades-fim e com as atividades-meio, respectivamente. Duas diretorias - a administrativa e a legislativa - supervisionam os departamentos, coordenações, serviços e seções. Há que ressaltar, ainda, como pontos de referência obrigatórios, os gabinetes dos membros da Mesa e dos líderes e vice-líderes, responsáveis pelo comando político da Casa.

Numa área física de cerca de 80 mil metros quadrados, movimentam-se milhares de pessoas por dia, além de 3.024 servidores, dos quais 1.265 são estatutários e 1.759 são celetistas, mais os funcionários dos gabinetes parlamentares.

DESEMPENHO

Os deputados antigos e mesmo os jornalistas e funcionários tarimbados nos serviços da Casa conhecem as principais características do deputado novo. Há aqueles que vêm impregnados da idéia de que vão "chegar, ver e vencer", iluminando o Plenário com brilho de sua oratória e do seu talento. Trazem propostas para salvar a Pátria. Outros - e são maioria - preferem chegar de mansinho, agir cautelosamente, primeiro vendo, ouvindo, observando, buscando orientação e conselho, para aos poucos ir se soltando.

Com o tempo, todos constatarão que a Câmara é uma extraordinária escola onde muito se aprende em matéria de conhecimento da realidade nacional e de convivência humana, porque é um universo em que todas as situações se representam. Em seu conjunto, ela é a imagem, o retrato sem retoque, das virtudes, defeitos e caracteres da própria sociedade nacional e um tribunal atento, talvez até severo, no julgamento dos valores humanos e culturais. Não adianta, pois, querer mostrar o que não é. O tempo, na avaliação cotidiana, dirá quem é quem, dará a dimensão exata do valor de cada um. Até o julgamento do desempenho do deputado, num próximo 15 de novembro, quando o eleitor resolverá quem volta e quem não volta.

PESO DAS BANCADAS

A maior bancada continua sendo a do PDS, com 235 deputados. O PMDB tem 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 8. O PDS tem representantes em todos os Estados e Territórios, enquanto o PMDB não logrou eleger deputados no Amapá e em Roraima. A bancada do PDT está restrita a dois Estados: Rio de Janeiro (16) e Rio Grande do Sul (7). O PTB tem 5 deputados pelo Rio de Janeiro e 8 por São Paulo. O PT elegeu 6 deputados por São Paulo, 1 pelo Rio de Janeiro e 1 por Minas Gerais.

Os Estados com maior representação são São Paulo (60), Minas Gerais (54), Rio de Janeiro (46), Bahia (39), Paraná (34), Rio Grande do Sul (32), Pernambuco (26) e Ceará (22). Em faixa intermediária estão Maranhão (17), Goiás (16), Santa Catarina (16), Pará (15) e Paraíba (12). As bancadas menores são Piauí e Espírito Santo (9), Acre, Amazônia, Rondônia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (8) e os territórios federais do Amapá e de Roraima (4).

A maior bancada estadual do PMDB é a de São Paulo (30), seguida de Minas Gerais (27) e do Paraná (20). O PDS tem sua maior bancada em Minas Gerais (26), vindo depois a Bahia (25), o Ceará (17), São Paulo (16) e Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná (14).

QUANTO CUSTA

O Poder Legislativo custará aos cofres da Nação, de acordo com o Orçamento da União para este ano, apenas 0,60%. A Câmara participa em 0,30% das despesas. As do Senado representam 0,24% e as do Tribunal de Contas da União 0,06%.

Em cifras, para um Orçamento que alcança, com recursos do Tesouro e de outras fontes, a dez trilhões de cruzeiros, a despesa prevista para a Câmara dos Deputados é de 27 bilhões de cruzeiros.